

Editorial

O ano 2015 marca a continuidade da crise, que se apresenta como global e persistente. A lenta recuperação da economia americana, a estagnação europeia e a desaceleração dos eufemisticamente chamados “países emergentes” – especialmente da China, onde há prenúncios de uma crise financeira – são os elementos mais visíveis desta continuidade.

Mas o capital avança em sua reprodução atingindo de forma ainda mais dura que o usual a classe trabalhadora. Nos últimos anos houve um acirramento da luta de classes, com o aumento da repressão econômica e política às reações dos trabalhadores aos ataques do capital. Uma evidência significativa desse ataque nesse primeiro semestre foi a capitulação do Syriza ao grande capital, em nome das políticas ditas de “austeridade”, termo utilizado para dar caráter virtuoso ao ataque as condições de vida dos trabalhadores.

O Brasil, cujo governo dizia em meio a crise de 2008 “surfar em uma marola”, não ficou de fora. Os trabalhadores agora são afogados na crise, por meio de políticas ditas de “ajuste fiscal”, para salvar a reprodução do capital. Ao lado da política econômica de elevação dos juros e de corte dos gastos em serviços públicos, a política do capital avança na retirada de direitos (como os trabalhistas e os previdenciários), na mercantilização de tudo e na tentativa de suprimir qualquer reação da classe trabalhadora. Os prenúncios desta última ação já se fizeram sentir desde o final do ano passado com os ataques às greves dos garis no Rio de Janeiro, à greve dos trabalhadores do metrô de São Paulo e as dos trabalhadores do Comperj (Complexo petroquímico do Rio de Janeiro).

A educação pública é um dos principais alvos dos ataques aos trabalhadores e do avanço do capital no Brasil. A anunciada “pátria educadora” revela-se como um *slogan* para “investidores”, em lugar de um verdadeiro compromisso com uma educação emancipatória. O governo promoveu um massivo corte de verbas para a educação pública, precarizando ainda mais as condições de trabalho dos profissionais da educação e as formas de contratação, das quais as terceirizações são uma realidade e a contratação mediante Organizações Sociais (OS) uma ameaça eminente. Além do corte conjuntural de verbas advindo do ajuste fiscal – que já foi anunciado não ser mais temporário, mas uma política para todo o mandato do governo –, avançam os projetos que aprofundam a entrega da edu-

cação pública para o capital juntamente com a difusão do modelo empresarial de “gestão” da educação.

Os professores, estudantes e técnicos administrativos reagiram iniciando greves que se espalharam pelo setor da educação em todo país. Em São Paulo os professores da rede pública fizeram uma greve de três meses em meio a violentos ataques ao direito de greve, com contratação de professores temporários para substituir os professores em greve e corte de ponto. Os professores da rede estadual do Paraná fizeram uma greve de 44 dias, sendo alvo de violenta repressão policial, em 29 de abril, pelo governo de Richa. O massacre do Paraná, para não ser esquecido, é tema da fotografia que abre nossa edição. Agradecemos a Henry Milléo pela fotografia.

Os trabalhadores e estudantes das Universidades não ficaram indiferentes ao ataque do governo à educação pública e a sua entrega ao capital. Professores, estudantes e técnicos administrativos das Universidades iniciaram uma greve em 28 de maio que se prolonga até o presente momento em meio ao ataque do governo à educação pública e à manobras antissindicalistas por parte de grupos pró-capital.

Os artigos desse número incidem sobre essa conjuntura complexa, tratando-a com profundidade teórica em uma perspectiva de totalidade e na direção da construção da emancipação social. Reafirmamos os princípios editoriais de nossa revista com mais esse número.

Dois artigos tratam da conjuntura internacional. Em *A múltipla crise do Imperialismo*, Alex Callinicos analisa as diversas crises que se colocam para os EUA desde o ano passado, com a irrupção do ISIS, a guerra civil na Ucrânia e o crescente poderio da China no Leste Asiático. Resgatando a teoria clássica do imperialismo, o autor define essa conjuntura como uma retomada da rivalidade inter-imperialista, contrapondo-se às interpretações de alguns segmentos da esquerda que identificam o imperialismo com a dominação americana e se alinham com as potências imperialistas regionais. Nesse caso, afirma Callinicos, “nós perdemos o fio da meada da luta de classes. O antagonismo principal no mundo torna-se aquele entre estados e não entre classes.”

Carlos Illades, em *El otoño Mexicano* analisa o crescimento e a radicalização dos movimentos sociais no México a partir da volta do PRI ao poder em 2012. Traçando um histórico recente do crescimento dos movimentos no México, o autor aponta o protagonismo da juventude, que é a mais atingida pela crise e pela violência policial e do tráfico. Apontando para a aliança entre o capital, o narcotráfico e a classe política no México, o autor assinala a ausência de respostas do Estado às demandas dos movimentos sociais e a permanência de seu caráter autoritário.

Dois outros textos tratam da crise e do capitalismo atual em diferentes níveis de abstração. No artigo *Dinâmica capitalista e crises: a teoria marxiana como ponto de partida*, Flávio Miranda parte da análise marxiana do caráter cíclico da acumulação de capital para indicar os fundamentos das análises das crises. O

autor aponta a necessidade de mediações entre os elementos teóricos contidos na obra de Marx, que não formam uma teoria sistemática das crises, e as formas concretas de manifestação das crises.

No artigo “Neoliberalismo: uma análise marxista”, Alfredo Saad-Filho analisa as diferentes interpretações marxistas do neoliberalismo como um conjunto de ideias, um conjunto de políticas, práticas e instituições, como uma ofensiva de classe e como uma estrutura material de reprodução. O autor aponta a superioridade das análises marxistas do neoliberalismo por seu caráter sistêmico e de classe. Saad Filho também indica a contribuição das análises marxistas para a superação prática do neoliberalismo, indicando que esta deve partir de uma rearticulação política da classe trabalhadora frente à resiliência e às contradições do neoliberalismo.

Dois artigos desse número têm como tema a política educacional dos governos do PT. No artigo *10 anos do Decreto nº 5.154/04 e o programa Dupla Escola*, Marlon da Costa Guimarães analisa o referido decreto sobre a educação profissional no Brasil. O autor conclui que o Programa Dupla Escola, objeto empírico de sua análise, mantém a dualidade do ensino brasileiro entre a formação de intelectuais e trabalhadores manuais, não representando uma “*travessia* para a educação politécnica”, como alegavam seus formuladores.

Jailson Alves dos Santos e José Rodrigues fazem uma análise crítica da política de expansão territorial do ensino técnico e profissional no governo do PT em *(Des)caminhos da política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Os autores assinalam que a política de expansão do ensino técnico procura ampliar o alcance da “conformação do cidadão produtivo”, isto é, “a conformação política, cultural e ideológica” e “a formação para o trabalho” produtor de mais-valia. Na conclusão, os autores apontam o esgotamento desse modelo de expansão.

Nesse número temos três notas críticas. Ewerton Wernek, em *Karel Kosik e a superação da pseudoconcreticidade*, procede uma apreciação crítica do conceito. Wernek insere o conceito na luta de classes e ressalta seu papel político-ideológico. A nota crítica levanta questão: “em termos da análise da realidade social, o estabelecimento do modo de produção comunista significaria também o fim das pseudoconcretidades?”

Na nota crítica *Política em Marx: notas de um debate contemporâneo entre marxistas brasileiros*, Bruno G. Paixão aborda a política na obra de Marx a partir das leituras de José Chasin, Ivo Tonet e Carlos Nelson Coutinho. Em seu balanço das leituras da política em Marx, o autor afirma que a política é “uma categoria negativa, pois sua função social é regular, ou normatizar a sociedade de classes.”, mas que esta é “um meio primário e negativo com vista à emancipação humana.”

Rafael Rossi, na nota crítica *O distanciamento é uma ilusão: notas sobre a atualidade da questão agrária*, ressalta o potencial analítico e de intervenção do

materialismo histórico na questão agrária. Rossi critica as perspectivas idealistas e a orientação reformista dos discursos dominantes. O autor assinala as “mudanças do espaço agrário” decorrentes do avanço do capitalismo e aponta a agroecologia como uma alternativa a esse avanço.

Na seção luta e memória, é publicada a entrevista de Edmundo Fernandes Dias concedida no dia 20 de maio de 1999 na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. A entrevista de Edmundo, sociólogo e professor da Unicamp, militante e dirigente sindical no ANDES, apresenta questões sobre os rumos da Universidade e do Movimento Docente que ainda permanecem atuais, como ressalta a apresentação de Gilberto Calil e Antônio de Pádua Bossi. Sua publicação é uma forma de homenagem. Edmundo presente!

O NIEP-Marx agradece ao apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro para a preparação desta edição.

André Guimarães Augusto, Kênia Miranda e Paulo Gajanigo

Editores

Inverno de 2015